

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLOS EDUARDO ESCOBAR BINS

**ECONOMIA E INSTITUIÇÕES EM “A DEMOCRACIA NA AMÉRICA” DE ALEXIS DE
TOCQUEVILLE**

Porto Alegre

CARLOS EDUARDO ESCOBAR BINS

**ECONOMIA E INSTITUIÇÕES EM “A DEMOCRACIA NA AMÉRICA” DE ALEXIS DE
TOCQUEVILLE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Escobar Bins, Carlos Eduardo
Economia e instituições na obra "A democracia na América" de Alexis de Tocqueville / Carlos Eduardo Escobar Bins. -- 2016.
54 f.

Orientador: Octavio Augusto Camargo Conceição.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. História do Pensamento Econômico. 2. Alexis de Tocqueville. 3. A democracia na América. 4. Economia Institucional . I. Camargo Conceição, Octavio Augusto, orient. II. Título.

CARLOS EDUARDO ESCOBAR BINS

**ECONOMIA E INSTITUIÇÕES EM “A DEMOCRACIA NA AMÉRICA” DE ALEXIS DE
TOCQUEVILLE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Sergio Marley Modesto Monteiro
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, é importante agradecer aos que foram essenciais para a realização deste trabalho.

Obrigado, em primeiro lugar, pelo apoio incessante dos meus pais, não só durante o período universitário, mas por toda minha vida. Todas as realizações que eu possa alcançar são dedicadas a eles.

Agradeço também aos meus irmãos, pelo carinho e pelas observações, sempre bem-vindos. Sem vocês nada seria possível.

Sou grato também ao meu tio Alfredo e minha vó Carla por tudo que fizeram por mim nesse último ano.

Agradeço também a todos os meus amigos que participaram desse processo de alguma forma.

Agradeço também a todos os professores da FCE, por tudo que pude aprender com eles.

Por fim, obrigado ao professor Octavio Conceição, meu orientador, pelo tempo e empenho dedicado a mim e a este trabalho.

RESUMO

Este trabalho pretende realizar uma revisão sobre a interpretação de Alexis de Tocqueville, através de sua obra “A democracia na América”, em relação a fenômenos econômicos e busca encontrar pontos de aproximação entre o pensamento desse autor e a Economia Institucional. Apresentamos, para tanto, análises sobre os principais aspectos gerais da obra de Tocqueville, bem como as compreensões de sua obra, de seu lançamento até hoje. Realizamos, também, revisão teórica do pensamento institucionalista do Velho Institucionalismo, Institucionalismo Neoclássico e Novo Institucionalismo Crítico. Após, expomos interpretações sobre os fenômenos de natureza econômica presentes em “A democracia na América”, para analisar a importância desses aspectos em seu pensamento. Dessa forma, buscamos, com base no apresentado em relação ao institucionalismo e à interpretação econômica da obra estabelecer, possíveis pontos de contato entre ambos.

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico. Alexis de Tocqueville. Economia Institucional. A Democracia na América.

ABSTRACT

This work intends to conduct a review of the interpretation of Alexis de Tocqueville work " Democracy in America " related to economic phenomena and seeks to find common points between this author thought and Institutional Economics. We present, therefore, an analysis of the main general aspects of the Tocqueville's work and the understanding of this work, from its appearance to today. We also conducted a theoretical review of the institutionalist thought of the Old Institutionalism, Neoclassical Institutionalism and New Critic Institutionalism. Afterwards, we expose interpretations of the phenomena of economic nature present in "Democracy in America " to discuss the importance of these aspects in Tocqueville's thinking. Therefore, we sought, based on the stated in relation to institutionalism and economic interpretation of his work, to establish possible points of contact between them.

Keywords: History of Economic Thought. Alexis de Tocqueville. Institutional Economics. Democracy in America.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. O Pensamento de Tocqueville	12
2.1. Percepções sobre a obra de Alexis de Tocqueville	12
2.2. Aspectos gerais da obra de Alexis de Tocqueville	15
3. A abordagem institucionalista.....	21
3.1. O velho institucionalismo	22
3.2 O institucionalismo neoclássico.....	25
3.3. O novo institucionalismo crítico	31
4. A democracia na América.....	36
4.1. Análise econômica e “A democracia na América”	36
4.2. Instituições e “A democracia na América”	45
5. Considerações Finais	50
6. Referências.....	52

1. Introdução

Há, recentemente, um interesse crescente na obra de Tocqueville por parte de cientistas sociais dos diversos campos. Entre estes, está também o da Economia, com publicações importantes sobre a obra do autor em questão na última década. Apesar do esforço recente para que o pensamento de Tocqueville seja reconciliado com nossa disciplina, ainda há espaço para interpretações e paralelos entre os diversos pensadores e escolas de pensamento econômicos e os temas centrais a obra do teórico francês.

Este trabalho pretende, assim, buscar uma interpretação alternativa do principal livro de Alexis de Tocqueville, “A democracia na América”, como representante de sua análise, partindo dos conceitos desenvolvidos pelos economistas institucionalistas. Entendemos, dessa forma, que se pode encontrar uma descrição de natureza econômica e importantes pontos de encontro entre tal tradição e o pensamento de Tocqueville. A escolha dessa obra se deve à sua importância não só entre as obras do autor, ao ser considerada sua principal e mais conhecida, mas também pela sua importância histórica e analítica pela contribuição às ciências sociais.

Realizamos, portanto, uma análise da literatura sobre a obra “A democracia na América” com a intenção de, a partir dessas interpretações, estabelecer os entendimentos econômicos implicados na obra e sua possível aproximação do pensamento institucionalista. O uso da literatura secundária se justifica, assim, pelo interesse nas considerações de natureza econômica da obra que, por natureza, apresenta exposições sobre temas variados que ultrapassam os objetivos do presente trabalho.

No primeiro capítulo apresentamos os aspectos gerais do pensamento de Tocqueville. Esse capítulo é dividido em duas partes. A primeira expõe as percepções em relação ao livro “A democracia na América” desde sua publicação até os dias de hoje. A segunda parte apresenta as características da obra de Tocqueville que perpassam “A democracia na América” e definem sua forma de pensar e interpretar os fenômenos sociais.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta a revisão teórica sobre o institucionalismo, a fim de permitir a análise da obra de Tocqueville nos termos propostos por tal escola de pensamento. Esse capítulo se divide em três partes. A primeira delas se dedica às interpretações relativas ao pensamento dos velhos institucionalistas norte-americanos, aqui representados por Veblen e Commons. A segunda seção expõe as análises dos institucionalistas que se aproximam da interpretação ortodoxa neoclássica, como Eggertsson, Williamson e North. A última seção tem como objeto a contribuição dos novos institucionalistas que buscam dar continuidade à tradição dos velhos institucionalistas, aqui representados por Hodgson.

O terceiro capítulo apresenta em sua primeira seção as análises de “A democracia na América” em relação aos aspectos econômicos contidos na obra. A segunda parte do capítulo discorre, através da exposição referente ao institucionalismo e às interpretações do livro de Tocqueville, sobre as eventuais semelhanças entre ambas. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. O Pensamento de Tocqueville

2.1. Percepções sobre a obra de Alexis de Tocqueville

A obra de Tocqueville, na perspectiva de Swedberg (2006), não se encaixa nas formas tradicionais de análise econômica. A proposta para que seja possível o estudo da obra do autor em termos econômicos seria, portando, apresentá-la em termos próprios. Contudo, é necessário também que se compreenda a obra de Tocqueville no domínio econômico, e, para tanto, é inevitável que se faça comparações e paralelos com obras e pensamentos de outros autores. Tal dificuldade de classificá-lo de forma exata nas formas tradicionais de análise econômica permite, por outro lado, que se busque paralelos e afinidades com autores diversos, como pode de fato se observar na literatura, mesmo que ainda pouco abundante, sobre os aspectos econômicos nas obras de Tocqueville.¹

Faz-se fundamental comentar, entretanto, que a percepção de Tocqueville em relação a temas referentes à economia ainda recebe pouca atenção. Pode-se dizer, assim, que os aspectos referentes à Economia Política nas obras do autor foram, e de certa forma ainda são, negligenciados (DROLET, 2003).

Tal omissão é de certa forma peculiar uma vez que, segundo Swedberg (2006), as duas principais obras do autor, ao expor que as posições

“[...] about Tocqueville’s lack of interest in economics and economic topics are quite strange, given that large parts of Democracy in America and The Old Regime are devoted to the economic life of the United States and France respectively.”² (p. 137)

Não são legítimas, portanto, as afirmações comuns sobre o desinteresse de Tocqueville em relação à economia.

¹ Nesse sentido, apenas na bibliografia utilizada para elaboração deste capítulo são encontradas referências e paralelos com Karl Marx, John Stuart Mill, Joseph Schumpeter, Thorstein Veblen, Jean-Baptiste Say, Adam Smith, David Ricardo, Max Weber e Émile Durkheim.

² “[...] sobre a falta de interesse em economia e tópicos econômicos por parte de Tocqueville causam estranhamento, considerando-se que partes consideráveis de *A democracia na América* e *O antigo regime e a revolução* são dedicados à vida econômica dos Estados Unidos e da França, respectivamente” (tradução própria)

Benoît e Keslassy (2009) afirmam também que todas as principais obras de Tocqueville possuem trechos dedicados inteiramente a temas econômicos. Estes vão além, ainda, sustentando que omitir-se em relação a tal tema é o mesmo que excluir do modelo analítico de Tocqueville um dos eixos fundamentais de seu pensamento político e social. Welch (2007), ademais, enfatiza a compreensão e a qualidade da análise do autor em relação às consequências e tensões relacionadas à industrialização e globalização econômica. Tal concepção vai de encontro à ideia de que Tocqueville negligenciava a importância dos aspectos econômicos, pelo contrário, atesta sua consistente fundamentação no tangente a temas de natureza econômica.

Sobre a importância conferida a Tocqueville nas obras e manuais de história do pensamento econômico é necessário ressaltar a ausência de menções ao autor no que se pode chamar de fontes convencionais. Pode-se imaginar que tal ausência deve-se ao período em que Tocqueville escreveu suas obras, antes da divisão atualmente existente entre as ciências sociais, num período em que existiam na economia diversas abordagens. Swedberg (2006), todavia, considera importante a menção a Tocqueville na obra "*History of Economic Analysis*"³, de Schumpeter e também a referência no título da obra "*The Road to Serfdom*"⁴, de Hayek. A alusão ao autor francês no título da obra de Hayek deve ser considerada, entretanto, como referente não ao Tocqueville economista, mas sim ao seu pensamento político.⁵

Pensamento político baseado numa filosofia política que escapa às definições modernas, segundo Boesche (1983a), classificando o liberalismo de Tocqueville como um liberalismo único. Ao mesmo tempo em que defende as liberdades individuais tradicionais também faz críticas às instituições capitalistas e à sociedade burguesa, escapando assim do liberalismo tradicional.

O prestígio de Tocqueville em campos das demais ciências sociais, ao contrário do que afirmamos em relação à economia, foi e continua a ser notável. No século XX, principalmente pela busca de consolidação das ciências sociais, foi encontrada em

³ Livro publicado pela primeira vez postumamente em 1954.

⁴ Obra publicada no ano de 1944.

⁵ Schumpeter afirma em seu livro sobre história econômica que "*Tocqueville painted to a considerable extent in economic colors*", ao passo que o título da obra de Hayek, que considerava Tocqueville um dos maiores liberais de todos os tempos. (SWEDBERG, 2006 p.136)

Tocqueville uma forte referência em diversas disciplinas acadêmicas, como afirmado por Welch (2006):

*“Indeed, in the twentieth century, he was claimed by several academic disciplines as a founding father. Today his work figures prominently in political science, sociology, and history; moreover, it has infiltrated the academic ranks of philosophy and literature.”*⁶ (p. 3)

A importância conferida fica clara através das comparações observadas na literatura, principalmente com Weber, Durckheim e Marx, bem como Aristóteles, Maquiavel e Montesquieu.⁷

Nesse sentido, Elster (2009) afirma que existe a possibilidade de consenso de se considerar Tocqueville entre os maiores pensadores políticos e sociais de sua época, no mesmo patamar de John Stuart Mill e Marx. Há inclusive, como será tratada na próxima seção, a discussão sobre a proximidade ou distanciamento metodológico da obra de Tocqueville das obras desses dois outros autores e das influências possíveis entre eles. John Stuart Mill pessoalmente declarou, após o lançamento de “A Democracia na América”, que Tocqueville era autor de um dos melhores trabalhos filosóficos sobre democracia jamais escrito.⁸

Ainda, Swedberg (2009) ressalta a plausibilidade de integração de Weber, Schumpeter e Tocqueville sob a alcunha da *Social Economics*. Nesse sentido, coloca que Schumpeter advogaria que uma análise completa dos fenômenos econômicos exigiria conhecimento não apenas da teoria econômica propriamente dita, mas também de história econômica, de sociologia econômica e estatística econômica. Weber, por outro lado, consideraria que o objeto primeiro da *social economics* são os fenômenos econômicos, mas que o campo deveria também examinar os fenômenos economicamente relevantes e os fenômenos economicamente condicionados

⁶ “De fato, no século XX, ele foi considerado por diversas disciplinas acadêmicas como fundador. Atualmente, sua obra aparece com destaque na ciência política, sociologia e história; ainda, foi incluído na classe da filosofia e literatura” (tradução própria)

⁷ Os três primeiros autores, Weber, Durckheim e Marx são considerados pela literatura como os autores fundadores da sociologia, ao passo que Aristóteles, Maquiavel e Montesquieu são creditados como principais nomes da ciência política.

⁸ John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, como é bastante divulgado na bibliografia sobre eles, foram amigos e existem registros da troca de cartas entre os dois publicados. Ainda, Mill traduziu artigos de Tocqueville do francês para o inglês e escreveu o prefácio da edição britânica de *A Democracia na América*.

(SWEDBERG, 2009). Aqui, fenômenos economicamente relevantes são entendidos como *“noneconomic phenomena that may influence economic phenomena”*⁹ enquanto fenômenos economicamente condicionados são *“non-economic phenomena that in important respects have been influenced by economic phenomena”*¹⁰.

Não se pode esquecer, ainda, do papel das previsões e a grande precisão desses trechos presentes na obra de Tocqueville como elemento criador de curiosidade e comentários. Nas palavras de Boesche (1983b):

*“[...] among many possible examples, consider the following predictions by Tocqueville: the rise of the United States and Russia as the two dominant superpowers, the political tension and occasional revolts resulting from Black Americans seeking equality, the near annihilation of North America’s Native American population, the unification of Germany only by force of Prussian arms, the persistent influence of the English aristocracy in British politics despite the hopes of other liberal thinkers, the murderous war between France and Algeria that followed from the French pattern of colonization, the gradual centralization of governmental and economic power, bringing about a world dominated by bureaucracies (and he probably invented the word “bureaucracy”), the growing feelings of isolation and powerlessness that have become the concern of so many twentieth-century writers, and finally and most dramatically, his predictions of France’s 1848 revolution less than one month before its eruption”*¹¹. (p. 79)

2.2. Aspectos gerais da obra de Alexis de Tocqueville

Primeiro, antes de analisarmos a obra de Tocqueville é necessário que se enquadre aquilo que foi escrito pelo autor ao período em que foi produzido, devido às motivações e influências de acontecimentos históricos nas ciências sociais. As

⁹ “fenômenos não econômicos que podem influenciar fenômenos econômicos” (tradução própria)

¹⁰ “fenômenos não econômicos que são influenciados em aspectos relevantes por fenômenos econômicos” (tradução própria)

¹¹ “[...] entre muitos possíveis exemplos, podemos consirmos as previsões de Tocqueville: a ascensão dos Estados Unidos e da Rússia como superpotências dominantes, a tensão política e as eventuais insurreições decorretes da busca por igualdade pelos afroamericanos, a quase extinção da população nativa norteamericana, a unificação alemã através do poderia bélico prussiano, a influência permanente da aristocracia inglesa na política britânica, apesar da expectativa de outros pensadores liberais, a guerra sangüinária entre França e Argélia derivada do modelo de colonização, a gradual centralização dos poderesde governo e econômicos, produzindo um mundo dominado pelas burocracias (sendo ele o provável inventor do termo ‘burocracia’), os sentimentos crescentes de isolamento e impotência que se tornaram tema de tantos escritores do século XX, e finalmente e mais draticamente, as previsões sobre a revolução de 1848 na França com antecedência de menos de um mês antes de sua explosão” (tradução própria)

principais obras de Tocqueville foram escritas entre 1833, data de publicação do relatório sobre o sistema penitenciário dos Estados Unidos, em parceria com Beaumont e motivo da viagem para aquele país, e 1859, data de sua morte. Politicamente tal período foi conturbado na Europa, e especialmente na França - país de origem de Tocqueville.¹²

Em relação à economia, Swedberg (2006) afirma que havia diversas abordagens possíveis durante o período no qual Tocqueville escreveu suas obras. Isso se deve ao próprio processo de formação das ciências econômicas, intervalo no qual as interpretações não haviam sido consolidadas como predominantes. John Stuart Mill, por exemplo, publicaria sua obra “*Principles of Political Economy*” em 1848, treze anos após a publicação do primeiro volume de “A Democracia na América”, e “A Riqueza das Nações” foi impressa apenas 59 anos antes, em 1776, como demonstrado na tabela 1, na qual estão expressos os anos de lançamento das principais obras sobre economia durante o século XVIII e XIX.

Tabela 1 – Tocqueville na História da Economia

1758	François Quesnay, <i>Tableau Economique</i>
1766	Turgot, <i>Reflections on the Formation and Distribution of Riches</i>
1776	Adam Smith, <i>The Wealth of Nations</i>
1798	Thomas Malthus, <i>An Essay on the Principle of Population</i>
1803	Jean-Baptiste Say, <i>Treatise on Political Economy</i>
1817	David Ricardo, <i>On the Principles of Economics and Taxation</i>
1819	Sismondi, <i>New Principles of Political Economy</i>

¹² A conturbação na política francesa entre o fim do século XVIII e o período da morte de Tocqueville é notável, passando pela Revolução Francesa de 1789, o Império Napoleônico, a retomada da monarquia dos Bourbon, o entronamento de Luís Filipe d’Orléans, o Segundo Império Napoleônico, e as duas repúblicas que existiram nesse íterim.

1834	Alban de Villeneuve-Bargemont, <i>Treatise on Christian Economics</i>
1835	Tocqueville, <i>Memoirs on Pauperism</i>
1835, 1840	Tocqueville, <i>Democracy in America</i>
1836	Nassau Senior, <i>An Outline of the Science of Political Economy</i>
1838	Antoine Curnot, <i>Researches into the Mathematical Principles of the Theory of Wealth</i>
1841	Friedrich List, <i>National System of Political Economy</i>
1843	Wilhelm Roscher, <i>Outline of Lectures on the Economy according to the Historical Method</i>
1848	John Stuart Mill, <i>The Principles of Political Economy</i>
1853	Karl Knies, <i>Political Economy from the Viewpoint of the Historical Method</i>
1856	Tocqueville, <i>The Old Regime and the French Revolution</i>
1867	Karl Marx, <i>Capital</i>

Fonte: SWEDBERG (2006)

A economia era objeto de interesse de Tocqueville, de acordo com Drolet (2003), devido ao papel central que conferia a esta na sua proposta de “*new science of politics*”. Entendia que era necessário que se compreendesse os temas econômicos devido a sua importância fundamental no estudo das sociedades e dos governos.

Dessa forma, Tocqueville se posiciona também sobre sua perspectiva normativa de como deveria ser construída a ciência econômica. Afirma, assim, numa discussão bastante importante sobre a condição das ciências sociais, colocando-se contra o entendimento de Say, que o status da economia não pode ser equiparado ao das

ciências naturais (DROLET, 2003). Tal discordância implica, portanto, consequências importantes na forma de pensar e apresentar as ideias de Tocqueville.

Da mesma forma, Tocqueville criticava também John Stuart Mill e a ideia do *homo economicus*. Sustenta, segundo Swedberg (2006), que a economia não pode ser isolada, devendo ser entendida como parte do contexto mais amplo da sociedade. Ainda, desaprova a ideia de Mill, como afirmado por Swedberg (2009), ressaltando a importância das ideias e da moral na vida econômica, opondo-se à concentração dos economistas de sua época aos aspectos materiais.¹³

Discorda também da afirmação de Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”, de que as ações auto-interessadas de todos os indivíduos convergem para o bem comum devido à existência de uma harmonia de interesses (BOESCHE, 1983a).¹⁴ Elster (2009) vai além e afirma que “há uma tensão entre o que é racional do ponto de vista do indivíduo e o que é bom para a coletividade”. Utiliza coletividade aqui não apenas como soma dos membros de uma sociedade, mas também como cidadãos de um mesmo país. Posiciona-se, por conseguinte, segundo Boesche (1983a), ceticamente em relação à defesa do livre comércio.

Essas divergências citadas fazem com que Tocqueville seja considerado um “liberal autêntico”. Ao mesmo tempo em que se posiciona como defensor de ideias tradicionalmente ligadas ao liberalismo também se manifesta a fim de criticar instituições capitalistas e burguesas (BOESCHE, 1983a). Neste mesmo sentido, Benoît e Keslasy (2009) definem Tocqueville como um “*liberal d’une espèce nouvelle*”¹⁵.

Assim sendo, Tocqueville nos apresenta uma análise ao mesmo tempo analítica e descritiva na sua descrição de fenômenos de natureza econômica (SWEDBERG, 2006). Não obstante, ele também diferencia os fatos, classificando-os como fatos gerais e fatos específicos. Segundo Dorlet (2003), Tocqueville fazia assim seguindo Jean-

¹³ Tocqueville escreve em uma carta: “*While all the efforts in political economy seem today to be in the direction of materialism, I would like the policy of the journal to be to emphasize the most immaterial side of this science, to try to introduce ideas and moral feelings as elements of prosperity and happiness, to try to rehabilitate the spiritual dimension in politics and make it popular by making it useful.*” (SWEDBERG, 2009 p.3)

¹⁴ No jornal *Le Commerce*, cita Boesche (1983a), do qual Tocqueville era um dos editores, foram publicados artigos com trechos bastante críticos do liberalismo, como: “*In sum, misery is a hereditary evil in our social state. Each generation receives it and carries it forward to pass on to those who follow.*” e “[...] *laissez-faire and laissez-passer invariably mean nothing less than laissez-souffrir and laissez-mourir.*”

¹⁵ “liberal de uma nova espécie” (tradução própria)

Baptiste Say, que afirmava que aqueles eram o objeto primeiro da economia política, enquanto estes pertenciam ao domínio da estatística, devendo ser utilizados de forma complementar. Pode-se, portanto, buscar tais fatos específicos como uma coleção de evidências a fim de expor tais “*underlying universal regularities*”. Swedberg (2009) nota, por exemplo, o uso de estatísticas no trabalho de Tocqueville e Beaumont sobre o sistema carcerário americano em um período em que tal método estava ainda se popularizando.¹⁶

É interessante notar, contudo, que mesmo escrevendo durante o século XIX, Tocqueville escapou do que Elster (2009) refere como as quatro características dominantes do pensamento social daquele período. Primeiro, o holismo é definido como a negação do individualismo metodológico, através da ideia de que entidades supra-individuais têm poder explicativo independente. Organicismo, por sua vez, é definido como a visão das sociedades como análogas a organismos biológicos, baseado na ideia de estabilidade e autorregulação. Terceiro, o funcionalismo é definido pela explicação de um fenômeno pelos seus benefícios a algo ou alguém, e não pelas suas causas. Por fim, a teleologia definida como o entendimento de que a história possui um sentido.¹⁷

Faz-se necessário agora que se esclareçam as principais variáveis utilizadas por Tocqueville nas suas análises. Nesse sentido, tanto Swedberg (2009) quanto Elster (2009) afirmam que os conceitos centrais na obra de Tocqueville são “*mores*”, “*institutions*” e o “*social state*”, isto é, se a sociedade é caracterizada como democracia ou aristocracia, no sentido utilizado pelo autor. A definição de democracia para Tocqueville é dada através do compartilhamento crescente dos recursos, inclusive os de natureza econômica, ao passo que a definição de aristocracia é oposta, no sentido de que os recursos, em tal estado social, são controlados por uma elite pouco numerosa. (SWEDBERG, 2009).

Sobre o sentido atribuído ao termo instituição, Swedberg (2009) argumenta que Tocqueville o usava basicamente em dois sentidos distintos. O primeiro no sentido de

¹⁶ No mesmo trecho é feita também a observação sobre o uso pioneiro de entrevistas: “*He was among the first – maybe even the first – to use interviews in a systematic way in a social science study*”.

¹⁷ O autor comenta, partindo de tais definições, que Tocqueville e Marx podem ser considerados, nesse sentido, como opostos. Ainda sobre os paralelos possíveis entre a obra de ambos, há o artigo de Boesche (2014).

leis e constituições e o segundo no sentido de leis e constituições apoiados pelos “*mores*”. “*Mores*”, por sua vez, são definidos como ideias, opiniões, hábitos, entre outros. Welch (2006) afirma, assim, que *mores* teriam natureza informal, ao passo que instituições teriam natureza formal, chamando aqueles de “*habits of the heart*”.

Elster (2009) afirma, ainda, que na perspectiva de Tocqueville, os “*mores*” são superiores às instituições em importância explicativa. Swedberg (2009), por sua vez, escreve que as instituições, apoiadas nos “*mores*”, são o núcleo da sociedade e que são, também, o elemento que a mantém coesa. Ainda, Swedberg (2009) enfatiza que em sua análise da sociedade estadunidense Tocqueville considera a importância central dos dois fatores acima citados, “*mores*” e “*institutions*”, e também da geografia do continente americano, com papel secundário. Assim, é interessante notar que confere importância aos aspectos naturais, através da geografia, mas não os considera a causa determinante ou decisiva, como muitos autores de sua época.

Por fim, sobre os elementos econômicos de interesse tratados por Tocqueville nas obras além de *A Democracia na América*, Swedberg (2009) enfatiza a modernidade e originalidade das passagens sobre propriedade e tributação na obra *O Antigo Regime e a Revolução*. É interessante notar também a definição de desigualdade, compreendida, segundo Elster (2009) em três dimensões: da renda, da propriedade e da igualdade política. Benoît e Keslassy (2009), por outro lado, enfatizam a definição de igualdade de condições utilizada por Tocqueville, baseada em três elementos complementares: “*l'égalité politique qui implique un Etat de droit, l'équilibre des pouvoirs et la souveraineté du peuple, l'égalité des chances et l'égalité des considérations*.”¹⁸

¹⁸ “a igualdade política que implica um Estado de direito, o equilíbrio de poderes e a soberania do povo, a igualdade de oportunidades e a igualdade das considerações” (tradução própria)

3. A abordagem institucionalista

O uso do termo instituição se propagou como reflexo do crescimento observado na Economia Institucional e também pelo uso do conceito de instituição por diversas outras disciplinas. Seu uso, contudo, é antigo no campo das ciências sociais: sua primeira aplicação data de 1725 (HODGSON, 2006). Nelson e Sampat (2001) afirmam, entretanto, que não há uniformidade na aplicação do termo instituição. Segundo Hodgson (2006), no mesmo sentido, não é possível que se determine uma definição unânime do conceito.

Nas palavras de Nelson e Sampat (2001), os usos do termo variam de forma que

“[...] algunos de ellos han optado por definir las instituciones como pautas estandarizadas de comportamiento en dichos contextos, cuando existen esas pautas estandarizadas. Así como algunos autores se han ocupado de contextos de acción diferentes, otros han señalado los diferentes factores o estructuras que regulan y mantienen el comportamiento institucionalizado. Muchos prestan atención a las reglas de juego, otros a las estructuras de gobierno. Y hay otros que miran detrás de la escena e identifican los sistemas de creencias y las normas y símbolos que sirven de soporte para el comportamiento institucionalizado.”¹⁹ (p. 27)

As abordagens institucionalistas podem ser divididas em três grupos. O primeiro é o grupo dos Velhos Institucionalistas, fundadores do campo acadêmico do institucionalismo. O segundo, conforme definido por Eggertsson (1990), consiste na reafirmação contemporânea do Institucionalismo ligado aos temas da microeconomia tradicional e por esse motivo chamados de Neoinstitucionalistas. O terceiro grupo, por fim, é o dos teóricos institucionalistas que rejeitam elementos do núcleo duro da economia neoclássica, como o modelo de escolha racional, chamados por Eggertsson (1990) de Nova Economia Institucional.

Assim, a manutenção ou rejeição dos pressupostos de racionalidade da teoria neoclássica, na perspectiva de Nelson e Sampat (2001), servem como linha divisória

¹⁹ “[...] alguns deles escolhem definir instituições como padrões de comportamento em determinados contextos, quando tais padrões existirem. Outros autores se ocupam dos diferentes contextos de ação, outros ressaltam os diferentes fatores estruturais que regulam e mantêm o comportamento institucionalizado. Muitos têm como foco as regras do jogo, outros as estruturas de governos. Outros ainda que buscam atrás dos cenários e identificam os sistemas de crenças e as normas e símbolos que servem de suporte ao comportamento institucionalizado.” (tradução própria) .

fundamental das abordagens institucionalistas atuais. Por outro lado, a visão apontada por Eggertsson (2001), seguindo a divisão de Lakatos (1970) entre os dois componentes de um programa de pesquisa como sendo seu núcleo duro invariável e seu cinturão de proteção variável, “*stable preference, rational choice, and equilibrium structures of interaction constitute the hard core of the microeconomic paradigm*”²⁰ (LAKATOS, 1970 *apud* EGGERTSSON, 1990, p.5). A diferença consistiria, portanto, na modificação de elementos periféricos ou centrais do paradigma neoclássico.

3.1. O velho institucionalismo

O Velho Institucionalismo foi um notável paradigma entre os economistas estadunidenses nas décadas de 1920 e 1930, especialmente através dos trabalhos de Thorestein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell (HODGSON, 1989). Nesse período de florescimento do pensamento institucionalista tradicional houve, portanto, segundo Nelson e Sampat (2001), uma variedade de abordagens e interpretações. Os autores citam como exemplo o foco de Veblen nas pautas comuns e previsíveis de comportamento de uma sociedade enquanto Commons se concentrou nas transações entre os agentes (NELSON; SAMPAT, 2001).

Sua principal falha enquanto escola de pensamento, segundo Hodgson (1998), foi a falta de concordância e incapacidade de desenvolver um núcleo teórico comum. Ainda, afirma que as mudanças observadas nas ciências sociais na primeira metade do século XX e a tendência de formalização matemática da microeconomia prejudicaram também o desenvolvimento de um pensamento institucionalista (HODGSON, 1998). Por tais motivos afirmou-se, após seu declínio, que o Velho Institucionalismo falhou na formulação de uma abordagem viável e sistemática para a teoria econômica. Hodgson (1998) questiona, contudo, tal afirmação sobre a natureza exclusivamente descritiva ou antiteórica ao defender a posição de que:

“[...] in the writings of Veblen and Commons, there is a strong emphasis on the importance and priority of the tasks of theoretical explanation and theoretical

²⁰ “preferências constantes, escolha racional e estruturas de interação de equilíbrio formam o núcleo duro do paradigma microeconômico” (tradução própria)

*development. Whatever their limitations, the early institutionalists addressed crucial theoretical issues.*²¹ (p. 166)

Pode-se, no entanto, encontrar um elemento comum à obra dos antigos institucionalistas: a rejeição do uso generalizado dos modelos com funções de preferências dadas (HODGSON, 1998). Assim, proclama-se a ideia de que na análise econômica não se pode sempre considerar o indivíduo como dado. Hodgson (1998) afirma, dessa forma, que tais teóricos defendiam o entendimento do indivíduo como produto e produtor de suas circunstâncias. O pensamento de tal escola surgiu, em grande medida, como uma crítica aos pressupostos da ortodoxia econômica. Nos termos de Hodgson (1993, p. 13) *“what marks the ‘old’ institutionalism is its rejection of the ontological and methodological presumptions of classic liberalism.”*²²

Ainda, Hodgson (1993) afirma que Veblen se posiciona criticamente em relação às suposições ortodoxas não só pelo seu irrealismo, mas também por serem inapropriadas ao objetivo teórico pretendido - a análise das mudanças e transformações das economias modernas. Contudo, declara também que a economia neoclássica tinha como base uma

*“faulty conception of human nature’ wrongly conceiving of the individual ‘in hedonistic terms; that is to say, in terms of a passive and substantially inert and immutably given human nature”*²³ (VEBLEN, 1919 *apud* HODGSON, 1993, p. 15)

Ademais, Hodgson (1989) propõe que a frase clássica de Veblen sobre a *“lightning calculator”* implica uma crítica à não consideração dos problemas do cálculo global de maximização por parte dos teóricos neoclássicos. Ele rejeita, dessa forma, o cálculo contínuo e o ajuste marginal por parte do agente da teoria neoclássica para enfatizar a inércia e o hábito (HODGSON, 1989).

²¹ “nas obras de Veblen e Commons há um forte destaque à importância e prioridade aos esforços teóricos de explicação e desenvolvimento teórico. Quaisquer que sejam suas limitações, o institucionalismo inicial lidava com importantes temas teóricos” (tradução própria)

²² “o que caracteriza o ‘velho’ institucionalismo é a rejeição dos pressupostos ontológicos e metodológicos do liberalismo clássico” (tradução própria)

²³ “concepção deficiente de natureza humana concebida erroneamente do indivíduo em condições hedonistas; isso equivale a dizer, em condições de uma natureza humana passiva e substancialmente inerte e imutável” (tradução própria)

Em relação à definição de instituições, Hodgson (1998) afirma que tanto para os velhos institucionalistas quanto para os novos institucionalistas críticos à ortodoxia, são incorporadas não só organizações como empresas, bancos e universidades, mas também entidades sociais integradas e sistemáticas como a moeda, a língua e as leis. Reproduz, para tanto, o conceito de instituições como “*a way of thought or action of some prevalence and permanence, which is embedded in the habits of a group or the customs of a people.*”²⁴ (HAMILTON, 1932 *apud* HODGSON, 1998). Enfatiza, do mesmo modo, que o entendimento de Veblen e Commons se dava pela compreensão das instituições como uma forma particular de estrutura social, com a capacidade de modificar os agentes, inclusas suas preferências ou objetivos (HODGSON, 2006),

Desenvolveu-se, portanto, uma concepção drasticamente distinta de ação humana centrada nos hábitos. Tanto os hábitos quanto as regras, dessa forma, são percebidos como essenciais (HODGSON, 1998). Os economistas institucionalistas de herança vebleniana entendiam que as instituições “*work only because the rules involved are embedded in shared habits of thought and behavior*”²⁵ (HODGSON, 2006). Nota-se também a importância das implicações dessa percepção, segundo Hodgson (1998), para as análises micro e macroeconômicas ao romper com elementos centrais da interpretação predominante nesses dois campos.

Outro ponto central no pensamento de Veblen, como posto por Hodgson (1989), é sua pioneira contribuição para a análise evolucionária nas ciências sociais. Nesse sentido

*“Veblen put great stress both on the processes of economic evolution and technological transformation, and the manner in which action is moulded by circumstances.”*²⁶ (HODGSON, 1989, p. 262)

Ao mesmo tempo em que tais circunstâncias são também moldadas e modificadas pelas evoluções e transformações. Assim sendo, Veblen sugere o modelo evolucionário

²⁴ “uma forma pela qual um pensamento ou ação com algum predomínio e continuidade, que é *embedded* nos hábitos de um grupo ou nos costumes de um povo” (tradução própria)

²⁵ “agem apenas porque as regras envolvidas são *embedded* em hábitos de pensamento e comportamento compartilhados” (tradução própria)

²⁶ “Veblen dá importante ênfase tanto no processo de desenvolvimento econômico quanto na transformação tecnológica, e os meios pelos quais a ação é modelada pelas circunstâncias” (tradução própria)

que possibilita “*both continuity and change, both inertia and novelty*”²⁷ (HODGSON, 1998).

John Commons, por sua vez, é reconhecido por Hodgson (1998) como uma influência essencial na obra de Herbert Simon²⁸ e da economia comportamental e também na análise neoinstitucional de Williamson. Nelson e Sampat (2001) ressaltam, não obstante, que mesmo que Commons aceite que o surgimento de normas, costumes e regras possa se dar de forma espontânea, seu foco é concentrado na ação governamental consciente por meio das leis e tribunais na solução de conflitos entre as instituições.

3.2 O institucionalismo neoclássico

A nova economia institucional, nos termos de David (1994), busca esclarecer diversos pontos relacionados à organizações e economia institucional através de um sistema neoclássico inspirado em Coase. Nesse sentido, Nelson e Sampat (2001) dividem os grupos inspirados em Coase em dois: i) um baseado no artigo “*The Problem of Social Cost*”, partindo da análise das transações entre os agentes econômicos e os custos de transação delas derivados; e ii) outro baseado no artigo “*The Nature of the Firm*”, focado na organização da firma e no exercício de sua autoridade.

O crescimento notável no campo da economia institucional desde a segunda metade da década de 1970 se deve ao crescimento dessa nova economia institucional, não através do resgate do institucionalismo tradicional, mas da reafirmação dos aspectos centrais da própria teoria ortodoxa (HODGSON, 1989). Suas obras estão centradas, segundo Nelson e Sampat (2001), na investigação da interação humana em um ambiente no qual as ações são influenciadas pelo comportamento dos outros agentes. Enfatizam também o papel do programa de direito e economia desenvolvido nas décadas de 1960 e 70 como uma das mais importantes vertentes de análise da nova economia institucional, tanto pela sua contribuição em relação à análise do direito

²⁷ “tanto contituidade quanto mudança, tanto inércia quanto inovação” (tradução própria)

²⁸ É feita aqui referência a obra “*Models of man: social and rational*” de 1957.

formal como das normas impostas pela sanção social e não pela autoridade governamental (NELSON; SAMPAT, 2001).

Nesse sentido, existe a possibilidade de entendimento de instituições no sentido de regras de comportamento aplicadas como restrições em teoria dos jogos²⁹. Sua importância, nessa interpretação, é determinada porque a compreensão de tais regras é essencial para a interação humana e pelo seu papel de incentivo ou desincentivo na generalização de comportamentos economicamente custosos (NELSON; SAMPAT, 2001). David (1994) argumenta que as convenções estabelecidas socialmente são um meio de alinhar as expectativas individuais de maneira a possibilitar a melhor escolha dentre as múltiplas soluções possíveis em jogos de coordenação.

De forma crítica, Hodgson (1993) alega que a abordagem dos teóricos de tal vertente³⁰ se aproximam do *mainstream* econômico, definido pela abordagem baseada na suposição do indivíduo racional e da análise voltada ao equilíbrio. Ainda, coloca que as bases de tal grupo são os pressupostos tradicionais em relação aos agentes humanos definidos por John Stuart Mill, Jeremy Bentham, David Hume e Adam Smith, nos quais se considera o indivíduo e seu comportamento dados. Portanto, “*the individual, along with his or her assumed behavioural characteristics, is taken as the elemental building block in the theory of the social or economic system.*”³¹ (HODGSON, 1989, p. 250).

Os contextos de aplicação deste arcabouço variam em foco, incluindo as transações entre unidades econômicas, como através da literatura de direitos de propriedade, na autoridade e controle entre unidades econômicas, como na literatura do principal e agente, ou ainda na coordenação e acordos onde o interesse coletivo que controle ou canalize o comportamento individual inexistente (NELSON; SAMPAT, 2001). Em todos estes, argumenta David (1994), existe uma

²⁹ São citadas aqui as obras “*The economic theory of social institutions*” e “*The evolution of rules*” de Schotter e “*The general equilibrium model is incomplete and not adequate for the reconciliation of Micro and Macroeconomic Theory*” de Shubik.

³⁰ O autor cita nessa lista as obras de Arrow, Furubotn, Jensen, Meckling, North, Olson, Pejovich, Posner e Williamson.

³¹ “o indivíduo, juntamente com suas supostas características comportamentais é tomado como o elemento constitutivo elementar na teoria do sistema econômico ou social ” (tradução própria)

*“supposed evolutionary tendency towards efficiency in the development of property rights and other, macroinstitutional arrangements or upon the conceptualization of a firm’s internal organization and mode of doing business as the consequences of rational, optimizing decisions, the implicit presumption that institutional arrangements are perfectly malleable seems to be a persistent predilection on the part of many mainstream economists.”*³² (DAVID, 1994, p. 206-207)

Para explicar o surgimento das instituições recorre-se a um modelo de comportamento individual racional nos moldes do individualismo metodológico, partindo de um “estado de natureza” sem instituições. Contudo, Hodgson (1998) questiona tal modelo com as bases de que é necessário que se suponha uma estrutura social mesmo nesse momento inicial com a existência de uma série de regras e normas sociais e culturais.

Em relação à contribuição de Williamson, David (1994) ressalta os elementos referentes à abordagem dos custos de transação na organização interna da firma e das formas contratuais formuladas para evitar os problemas derivados da assimetria de informação. No caso de existência de tais custos, os arranjos organizacionais são relevantes à análise e se considera que seu mecanismo de desenho se dá de forma deliberada e consciente (DAVID, 1994). É ressaltado por Hodgson (1989), ademais, que as preferências individuais são consideradas inalteradas pelo ambiente e pelas as instituições que os indivíduos encontram.

Williamson (2000), contudo, afirma que a nova economia institucional apresenta úteis críticas à ortodoxia, como por exemplo em relação às características essenciais dos agentes humanos, como da racionalidade limitada e dos limites cognitivos, e da verossimilhança das hipóteses. Os componentes formais do ambiente institucional, dessa forma, são fundamentais na investigação do desenvolvimento dos Estados intertemporalmente e também entre as nações. Todavia, sustenta a incorporação da economia institucional à ortodoxia através da ideia de que os determinantes institucionais são passíveis de análise por meio dos instrumentos da teoria econômica (WILLIAMSON, 2000).

³² “tendência evolucionária suposta em direção à eficiência no desenvolvimento de direitos de propriedade e outros arranjos macroinstitucionais ou sobre a conceituação da organização interna da firma e modo de realizar negócios como a consequências de decisões racionais otimizadoras, os pressupostos de que os arranjos institucionais são perfeitamente adaptáveis parecem ser uma predileção permanente por parte de muitos economistas *mainstream*” (tradução própria)

A estrutura social, como definida por Williamson (2000), consiste em quatro níveis. O primeiro, o nível superior, é o das normas, costumes, hábitos, tradições, entre outros, definido pelo *embeddedness* social, no qual as mudanças ocorrem de forma vagarosa. O segundo nível é o ambiente institucional, formado pelas leis formais, como constituições, leis e direitos de propriedade, desenvolvido através de processo evolucionário e pelas oportunidades de formatação. O terceiro nível é o do controle, no qual o foco reside nas relações contratuais. O quarto nível, por fim, é onde se dá a alocação de recursos, através dos ajustes de produtos e preços. Isso posto, distingue-se os níveis nos quais a análise neoclássica é centrada no quarto nível, e do novo institucionalismo, concentrado no segundo e terceiro.

Eggertsson, igualmente, é incluído por Nelson e Sampat (2001) no grupo dos novos institucionalistas alinhados com o pensamento neoclássico pela suposição do comportamento humano e das organizações. Ele mesmo define o programa de pesquisa que desenvolve como projeto de ampliação ou generalização da teoria microeconômica ao mesmo tempo que “*retaining all the essential elements of the economic approach - stable preferences, the rational-choice model, and equilibria*”³³ (EGGERTSSON, 1990, p.5) como meio de se compreender o impacto das diversas estruturas de direitos de propriedade na riqueza das nações. Desse modo, as instituições políticas e econômicas são percebidas como produto das interações dos agentes individuais, em um contexto no qual a competição entre as instituições em busca de sobrevivência implica em instituições de equilíbrio (EGGERTSSON, 1990).

A flexibilização das hipóteses neoclássicas se dá através da aplicação do conceito de racionalidade limitada de Simon e da ideia de satisfação em substituição da maximização e da admissão dos custos de transação positivos e informação completa. Busca ainda referir explicitamente as restrições impostas pelas regras e contratos que determinam as trocas e apurar as implicações das variações qualitativas dos bens e serviços, uma vez que atenua a suposição de que estes possuem apenas duas dimensões (EGGERTSSON, 1990).

³³ “mantendo todos os elementos essenciais à abordagem econômica – preferências constantes, modelo de escolha racional e equilíbrio” (tradução própria)

North (1994), por sua vez, ressalta a importância da associação feita por Coase entre instituições, custos de transação e a teoria neoclássica. Nesse sentido, a importância das instituições deriva desses custos, uma vez que a existência daquelas como restrições de fato às escolhas vai de encontro ao modelo simples de escolha racional (NORTH, 1993). Faz-se necessário modificar a teoria neoclássica através do pressuposto da racionalidade, mantendo as suas suposições fundamentais de escassez e competição da análise microeconômica, incluindo a dimensão temporal (NORTH, 1994). Mesmo assim, North (1992) admite que sua nova abordagem consiste em um conjunto de definições, princípios, e não uma teoria propriamente dita.

Assim, a teoria neoclássica seria inadequada para analisar e desenvolver políticas de desenvolvimento, uma vez que sua preocupação se dá com “*the operation of markets not with how markets develop*”³⁴ (NORTH, 1994, p.9). O comportamento dos agentes em tal processo de desenvolvimento seria distinto, devido à informação incompleta e aos erros nos modelos subjetivos que não podem ser perfeitamente adequados em razão da insuficiência dos *feedbacks*. Flexibiliza-se então os pressupostos de inexistência de custos de transação, de informação perfeita e das capacidades cognitivas ilimitadas (NORTH, 1994). É necessário portanto que os meios pelos quais as decisões são tomadas estejam explícitos no modelo (NORTH, 1993).

Nessa perspectiva, North (1993) define as instituições como as regras do jogo e as organizações como os jogadores, de forma que a interação entre estes determina a mudança institucional. Assim, instituições consistem tanto em regras formais e restrições informais e atuam regulando a interação humana. Por conseguinte, cabe a elas definirem o conjunto de oportunidades de uma economia. As organizações, por sua vez, são grupos de indivíduos unidos em função de um objetivo comum, e sua formação é definida pela estrutura de pay-offs existente.

É defendido, além disso, que não se pode desenvolver uma teoria de mudança institucional que confunde regras e jogadores, tendo-se em vista que

“modeling institutions is modeling the man-made constraints on human interaction that define the incentive structure of the society. Modeling organizations is theorizing about the structure, governance (including the

³⁴ “o funcionamento dos mercados e não como eles se desenvolvem” (tradução própria)

constraints defining the incentive structure internal to the organization), and policies of purposive entities."³⁵ (NORTH, 1993, p.3)

Instituições também se relacionam ainda com os modelos mentais, entendendo o primeiro como os mecanismos externos desenvolvidos pelos indivíduos com a intenção de estruturar e ordenar o ambiente e os últimos como a representação interna para interpretação do ambiente criada pelos sistemas cognitivos individuais (NORTH, 1994). Outro sentido decorrente, portanto, é o das instituições como mecanismo de redução das incertezas decorrentes das limitações na interpretação e explicação do mundo que cerca os indivíduos, uma vez que não existe uma única descrição objetiva dessa realidade. A proximidade entre os objetivos das restrições institucionais e as escolhas individuais são determinadas, conseqüentemente, pela eficácia dos constrangimentos impostos pelos próprios indivíduos, pela retaliação dos demais ou pelo Estado (NORTH, 1992).

O modelo proposto por North (1992) para o estudo das instituições implica ainda que modelos econômicos e políticos são específicos para restrições institucionais de diferentes países e através do tempo e que as instituições determinam a importância das ideias e ideologias na formação dos modelos mentais individuais. Economia e política, dessa forma, são indissociáveis na compreensão do desenvolvimento e desempenho econômico das nações. Igualmente, North (1993, 1994) ressalta que não existe nenhuma garantia de que as instituições desenvolvidas em uma determinada sociedade sejam produtoras de crescimento. A defesa de que os modelos mentais presentes são decorrentes tanto da herança cultural quanto das experiências enfatiza a tendência de perpetuação de tais trajetórias institucionais. Assim, o conceito de *path dependence* tem como base apenas a ideia de que a estrutura institucional restringe as decisões dos agentes de forma que "*yesterday's choices are the initial starting point for today's*"³⁶ (NORTH, 1993, p.4).

³⁵ "a criação de modelos institucionais é a modelagem de restrições criadas pelo homem à interação humana que definem a estrutura de incentivos de uma sociedade. A criação de modelos sobre organizações é teorizar sobre a estrutura, governança (inclusas as restrições que definem a estrutura de incentivos interna à organização) e as políticas intencionais dessas entidades" (tradução própria)

³⁶ "as escolhas passadas são o ponto inicial das escolhas presentes" (tradução própria)

3.3. O novo institucionalismo crítico

Este grupo de economistas institucionalistas propõe uma construção teórica que busca retornar ao caminho dos velhos institucionalistas norte-americanos. Nelson e Sampat (2001) definem esses autores como um grupo com posição teórica mais radical no posicionamento, no sentido de que defendem a necessidade de explicação dos pressupostos relativos às preferências nos modelos, abandonando-se assim a lógica tradicional neoclássica. O distanciamento da ortodoxia se dá, segundo David (1994), subvertendo a percepção histórica dos economistas, abandonando a ideia de que o arranjo presente pode ser explicado por ele próprio pelas suas finalidades presentes ou futuras.

A agenda de pesquisa de tais autores, portanto, se aproximaria da perspectiva sociológica pela construção social das crenças e valores, e da ciência política pela análise das estruturas e seus papéis nas decisões coletivas (NELSON; SAMPAT, 2001). Nesse sentido, entende-se que o comportamento individual segue um padrão regular, levando à necessidade de distinção das instituições como pauta particular de comportamento, como as regras, normas e estruturas que regulam tal comportamento ou ainda como o contexto social e cultural no qual as regras tomam forma. Hodgson (1998) define, assim, que o institucionalismo usa psicologia, antropologia, sociologia e outras investigações sobre o comportamento como base. Observa-se assim uma construção teórica interdisciplinar.

A nova economia institucionalista não pretende, dessa forma, desenvolver uma teoria geral, mas sim uma série de conceitos e ferramentas teóricas com as quais os casos específicos podem ser abordados (HODGSON, 1998). As particularidades de cada economia e ambiente institucional são consideradas na formulação dessas teorias e ideias. Uma definição ampla de instituições deve, nessa perspectiva, abarcar as ideias de que envolvem a interação entre os agentes, que todas compartilham certas características e conceitos e rotinas comuns, que são mantidas e mantêm ideias e expectativas compartilhadas, que apresentam durabilidade, persistência no tempo e são *self-reinforcing* e que incorporam aspectos valorativos de modo que reforçam sua própria legitimação.

A racionalidade dos agentes também é entendida em termos distintos, devido aos efeitos de informação incompleta e à impossibilidade de realização do cálculo maximizador. Hodgson (1989) define uma racionalidade, limitada como definida por Simon, de forma que o agente busca uma solução satisfatória através de um mínimo aceitável. Ao mesmo tempo, o papel dos hábitos nas escolhas é ressaltado. Hábitos, nesse sentido, são definidos como

*“a largely non-deliberative and self-actuating propensity to engage in a previously adopted pattern of behavior. A habit is a form of self-sustaining, nonreflective behavior that arises in repetitive situations.”*³⁷ (HODGSON, 1998, p. 178).

Ainda sobre os hábitos, Hodgson (1998) coloca que quando eles se tornam frequentes em uma comunidade ou sociedade eles se desenvolvem como uma rotina ou costume. Estes, por sua vez, formam as instituições. Os hábitos e as rotinas agem preservando o conhecimento de um grupo ou sociedade transmitido pelas instituições. É observado portanto um círculo no qual as instituições agem sobre os indivíduos e os indivíduos agem sobre as instituições, modificando-se e influenciando-se mutuamente. O ator e a estrutura estão, ainda que de formas distintas, conectados em um círculo de interação e interdependência mútua (HODGSON, 1998).

As instituições econômicas são formadas pelos hábitos, como expressos acima, pelas funções e pelo comportamento convencional. Hodgson (1998) defende, por exemplo, que no institucionalismo os próprios preços devem ser entendidos como convenções, reforçados pelos hábitos e incorporados nas instituições, dependendo, por conseguinte, do tipo de mercadoria, os modos de determinação dos preços e das demais instituições. Sobre estas, Hodgson (1998) faz uma série de observações gerais em relação à sua abordagem. Primeira, ressalta que a ênfase em fatores institucionais e culturais proposta não pode ser observada na teoria econômica convencional. Segunda, a teoria proposta é declarada intencionalmente multidisciplinar, absorvendo influências da política, sociologia, psicologia, entre outras. Terceira, aplica uma

³⁷ “amplamente não deliberados e com propensão self-actuating para reproduzir em padrões de comportamento anteriormente adotados. O hábito é uma forma de auto-sustentação não reflexiva que resulta de situações repetitivas” (tradução própria)

concepção do agente individual baseada na primazia dos hábitos e nas inovações imprevisíveis. Quarta, reconhece o papel das técnicas e análises matemáticas e estatísticas como instrumentos e não o componente principal da teoria econômica. Quinta, a investigação parte assim não de modelos matemáticos, mas de fatos estilizados e pressupostos teóricos baseados em relações causais. E por fim, sexta, faz-se amplo uso de comparações históricas e empíricas em relação as instituições socioeconômicas.

Essas mesmas características devem ser levadas em conta na decisão de que fatores e que tipos ideais devem ser utilizados para determinada análise. A solução reside, segundo Hodgson (1998), justamente na metodologia adotada, de forma que seja possível

“[...] to distinguish between the general and the specific aspects of any given phenomenon. By making this distinction, and perhaps by using comparative material from other socio-economic systems, it is possible to construct and develop hypotheses concerning the key causal linkages behind the observed phenomena.”³⁸ (HODGSON, 1998, p. 174).

Nesse sentido, devido à maior estabilidade temporal das instituições, que se mantêm mais consistentes por longos períodos em relação aos indivíduos, sua escolha como unidade de análise é usualmente justificada.

As instituições são consideradas, logo, como as estruturas mais importantes na esfera social. Na definição de Hodgson (2006), as instituições são

“systems of established and prevalent social rules that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table manners, and firms (and other organizations) are thus all institutions”³⁹ (HODGSON, 2006, p. 2).

³⁸ “[...] diferenciar entre os aspectos gerais e específicos de um determinado fenômeno. Ao fazer tal distinção, e talvez utilizando material comparativo de outros sistemas sócio-econômicos é possível construir e desenvolver hipóteses a respeito das importantes relações causais por trás dos fenômenos observados” (tradução própria)

³⁹ “sistemas de regras sociais estabelecidas e predominantes que estruturam as interações sociais. Linguagem, dinheiro, leis, sistemas de pesos e medidas, modos à mesa e firmas (e outras organizações) são, deste modo, todas instituições” (tradução própria)

São, assim, tanto as concepções mentais subjetivas dos agentes quanto as estruturas objetivas por eles enfrentadas (HODGSON, 1998). Instituições tem um duplo papel de restringir o comportamento como possibilitá-lo. As regras limitam as escolhas, ao passo que a essas mesmas limitações podem ensejar condutas que sem elas não ocorreriam. As instituições não apenas possibilitam ou restringem comportamentos, elas atuam também modificando os anseios e expectativas em relação ao comportamento alheio, sendo estas ainda responsáveis pela durabilidade dos arranjos ao ordenar os pensamentos e atividades consistentemente. A forma em que as instituições podem ser observadas, em decorrência, é através do *manifest behavior*, dependendo dos pensamentos e ações individuais, sem se limitar a eles. (HODGSON, 2006).

Os hábitos, por sua vez, são definidos como a disposição de realizar um comportamento ou pensamento anteriormente adotado ou adquirido, quando estimulado pelo contexto ou situação conveniente. Dessa forma, o hábito é a matéria que forma as instituições, dotando-as de seu caráter durável, seu poder e autoridade normativa, ao passo que a autoridade normativa e o conformismo com tais hábitos deriva da reprodução dos hábitos compartilhados, sendo assim a base dos costumes (HODGSON, 2006).

Para tornar-se regra, o hábito precisa conquistar capacidade normativa, ser codificável e ser prevacente entre um grupo. As regras são definidas por Hodgson (2006) como uma determinação ou disposição normativa transmitida socialmente que determina a ação a ser seguida em determinada circunstância, como normas de comportamento, convenções sociais ou ainda regras legais. São ditas transmitidas socialmente porque dependem da existência de uma estrutura social, que inclui todas as relações sociais, tanto as desprovidas de regramentos quanto as instituições sociais. Pode-se perceber as regras, assim, através das convenções, que são os exemplos particulares dessas regras.

A diferença entre regras e normas se dá pelos diferentes meios de obrigação impostos aos indivíduos, aquelas envolvendo uma conformidade explícita derivada de uma autoridade e aplicação de sanções e estas envolvendo aprovação ou desaprovação (HODGSON, 2006). As leis, ainda, para se tornarem regras, precisam passar a ser habituais.

Por fim, as organizações são definidas nos termos de Hodgson (2006) como um subconjunto especial das instituições por envolverem coordenação deliberada e princípios reconhecidos de *sovereignty and command*. Há, portanto, necessidade de que existam critérios que distingam os membros dos não membros, regras de soberania definindo as estruturas de comando que determinem as responsabilidades no interior da organização.

Enfatiza-se, sendo assim, que as instituições, tanto como estruturas objetivas e como fontes subjetivas da ação humana (HODGSON, 2006), propiciam a conexão entre o real e o ideal. Ainda, todas as instituições dependem de outras instituições para que se formem e se mantenham, e todos os indivíduos tomam forma em um mundo no qual as instituições já existentes os confrontam com suas manifestações.

4. A democracia na América

4.1. Análise econômica e “A democracia na América”

Na análise da obra “A democracia na América” é importante, primeiramente, ressaltar a crítica de Tocqueville às interpretações da democracia por ele consideradas nocivas: os panteístas e os historiadores da democracia (WELCH, 2006). O primeiro grupo apresentaria o defeito de ignorar as diferenças entre indivíduos ao compreendê-los como uma unidade, enquanto o segundo grupo falharia ao ignorar os indivíduos ao entender a história como produto de condições gerais. Tocqueville, em oposição, segundo Welch (2006), toma como base um método que considera as implicações das práticas descritas na obra, e não alguma teoria da natureza humana.

Há, também na obra de Tocqueville, segundo a análise de Welch (2006), duas distinções importantes. Na primeira delas:

“[...] Tocqueville used the phrase “civil society” (société civile) to distinguish a socio-cultural realm of ideas, feelings, and habits (moeurs) from the institutions and practices of government (le monde politique).”⁴⁰ (WELCH, 2006, p.217).

A segunda, por sua vez, é ressaltada pela informalidade dos hábitos e costumes em oposição à formalidade das leis. Dessa forma, Swedberg (2009) salienta que na perspectiva de Tocqueville, a dita “revolução democrática” precisava, para prosperar, ser acompanhada por mudanças em leis, hábitos, costumes e nas próprias mentalidades, sendo incorporadas tanto na cultura da sociedade quanto na sua vida política. São, assim, as principais unidades de análise na obra sobre o país americano os costumes, as leis e o estado social (ELSTER, 2009).

É necessário, também, ressaltar o sentido no qual Tocqueville utiliza os termos democracia e aristocracia na sua análise. Ambos os termos são entendidos na forma de “estado social”, não no sentido tradicional posteriormente estabelecido de forma de

⁴⁰ “Tocqueville usa os termos ‘sociedade civil’ (*société civile*) para diferenciar o domínio sócio-cultural das ideias, sentimentos e hábitos (*moeurs*) das instituições e práticas de governo *government (le monde politique)*.” (tradução própria)

governo. Welch (2006) afirma que desse modo os homens em uma nação podem ser compreendidos como semelhantes, caracterizando uma democracia, ou como diferentes, caracterizando uma aristocracia. Assim, estes dois casos consistiriam em extremos de um modelo analítico do comportamento humano em distintos estados sociais. O estado social para Tocqueville, segundo Welch (2006), é tanto consequência quanto causa, de forma que *“is a product of both fact and laws that then becomes the ‘first cause’ of most of the laws, customs, and ideas that regulate nations.”*⁴¹ A análise do estado social, por conseguinte, é multidimensional, mesmo que esteja baseada na ideia de movimento da sociedade em direção à igualdade, ela discute também aspectos geográficos, históricos, sociais, políticos, religiosos, psicológicos, culturais e econômicos (WELCH, 2009, p. 132).

Cada um dos principais focos de análise na obra ocuparia o espaço como exemplo de um estado social específico: os Estados Unidos como uma democracia, a França como o estado de transição entre democracia e aristocracia e a Inglaterra como uma aristocracia (WELCH, 2006). Seriam esses três países, ainda, os principais objetos de comparação no primeiro volume de “A democracia na América”, com os Estados Unidos e França recebendo o maior número de referências, com a Inglaterra ocupando um espaço menor.

Tocqueville apresenta tanto uma análise histórica baseada nesse mesmo modelo de polaridade entre igualdade e desigualdade de condições quanto das mudanças sociais da época na qual escrevia (WELCH, 2006). Decorre, portanto, segundo Swedberg (2009) e Benoît e Keslassy (2009), a apresentação de Tocqueville sobre a evolução da igualdade social e econômica observada nos sete séculos anteriores à publicação de sua obra em 1835. O estado social aristocrático é definido, dessa forma, como um estado no qual a posse dos recursos se dava por parte de uma pequena elite e o poder, tanto político quanto econômico, era derivado da propriedade da terra (SWEDBERG, 2009). A desigualdade na sociedade aristocrática estava, assim, refletida nos hábitos e costumes, e a aristocracia formava de fato uma casta nos Estados monárquicos da Europa Ocidental (BENOÎT E KESLASSY, 2009). Durante toda a obra,

⁴¹ “é um produto de tanto dos fatos e das leis que passa a ser a ‘causa primeira’ de muitas das leis, costumes e ideias que regulam as nações” (tradução própria)

nota Welch (2006), são feitas referências a civilizações pré-modernas como forma de construção do modelo.

O estado social democrático, em oposição, era definido por Tocqueville, segundo Swedberg (2009), pela igualdade de condições. No seu desenvolvimento, os recursos passam por um processo de igualitarização, passando a ser cada vez mais compartilhados por um número crescente de membros da sociedade. Surgem ainda durante o processo “*new forms of property [...] as have the new economic activities that we today call commerce and industry.*”⁴² (SWEDBERG, 2009, p. 16). As implicações econômicas desse processo de democratização são expressas também através da sua importância

*“on the development of manufacturing, on economic change, on the rise of new industrial classes, especially the manufacturing aristocracy and the industrial working class, on the economy of scale, on the specialization or division of labor, on the impact of democracy on wages, rents, and leases.”*⁴³ (WELCH, 2006, p.133).

Dentre esses efeitos apresentados a autora aponta, por exemplo, a transformação dos cidadãos em consumidores. Mesmo assim, devido ao período em que a obra de Tocqueville foi escrita - a primeira metade do século XIX - a própria distinção entre comércio e indústria não é clara, uma vez que ele compreende o papel central do comércio no processo de democratização, mas não incluiu de forma integral a manufatura no seu modelo, não percebendo suas potencialidades (WELCH, 2006). Por outro lado, Benoît e Keslassy (2009) interpretam a obra de Tocqueville de forma que afirmam que seu entendimento do “*phénomène de la montée de l’industrialisation comme consubstantiel au nouvel état social démocratique*”⁴⁴ (BENOÎT E KESLASSY, 2009, p. 71).

⁴² “[...] novas formas de propriedade [...] como também novas atividades econômicas que hoje são chamadas de comércio e indústria” (tradução própria)

⁴³ “no processo de desenvolvimento da manufatura, da mudança econômica, no crescimento das novas classes industriais, especialmente na aristocracia manufatureira e a classe trabalhadora industrial, nas economias de escala, na especialização e divisão do trabalho, nos impactos da democracia nos salários e aluguéis” (tradução própria)

⁴⁴ “fenômeno do crescimento da industrialização como consubstancial ao novo estado social democrático” (tradução própria)

Benoît e Keslassy (2009) afirmam, ademais, que na obra do autor francês está expresso que a democracia, tanto no âmbito social quanto no econômico, e uma mobilidade social somada de um maior bem-estar nos Estados Unidos implicaram um desenvolvimento baseado na indústria. A agricultura atuaria como fator estabilizador do processo e com ganhos relativamente inferiores, passando, portanto, a assumir uma nova forma, se aproximando por este processo da organização industrial (BENOÎT E KESLASSY, 2009). Ocorreria também, devido a esse processo, o deslocamento de parcelas populacionais do setor agrícola para a indústria e o comércio (SWEDBERG, 2009).

Todas essas mudanças observadas na sociedade estadunidense tiveram efeitos sobre a organização social, gerando uma nova estrutura de classes sociais (SWEDBERG, 2009). Por um lado, Benoît e Keslassy (2009) sublinham a importância da *“l’uniformisation des modes de vie et des niveaux de vie se traduit par l’émergence d’une vaste classe moyenne”*⁴⁵ (BENOÎT E KESLASSY, 2009, p. 55). Por sua vez, Swedberg (2009) atenta para a ênfase de Tocqueville para o papel do trabalho na sociedade dos Estados Unidos, na qual todo o trabalho era visto como virtude e era comum que os ricos também se envolvessem nesse tipo de atividade, em oposição ao que se observava no continente de origem do autor. A própria percepção entre os cidadãos era de igualdade, uma vez que

*“les hommes acquièrent une équivalence de statut, et, dans le même temps, l’égalité progresse; présente au niveau de la loi, des mœurs et de l’opinion publique, elle encourage les citoyens à se voir et à se vivre comme égaux.”*⁴⁶
(BENOÎT E KESLASSY, 2009, p. 49)

A única forma possível de se estabelecer uma relação entre um homem que comanda e um que obedece em uma sociedade democrática, segundo Benoît e Keslassy (2009) é através de contrato. Legitima-se, portanto, uma relação desse tipo somente por meio de um acordo temporário entre dois iguais. Swedberg (2009) enfatiza, nesse sentido,

⁴⁵ “uniformização dos modos de vida e dos níveis de vida se expressa pela emergência de uma grande classe média” (tradução própria)

⁴⁶ “os homens adquirem uma equivalência de status e, ao mesmo tempo, a igualdade aumenta; presente no nível da lei, dos costumes e da opinião pública, ela encoraja os cidadãos a se verem e viverem como iguais.” (tradução própria)

entendimento de Tocqueville em relação à importância conferida ao dinheiro na vida dos estadunidenses, afirmando que *“while money is important to people everywhere, Tocqueville noted, it had become the key to practically everything for Americans.”*⁴⁷ (SWEDBERG, 2009, p. 11).

As práticas econômicas teriam, ademais, influência em outros aspectos da vida social, na compreensão de Swedberg (2009), através do transbordamento demonstrado pelo surgimento de novos termos e palavras adequados ao novo estado social e à industrialização e pela literatura, as artes e as ciências que passam a ser percebidas nos Estados Unidos como fonte de renda. Há, também, no entendimento de Elster (2009), um importante transbordamento da política para a economia, de forma que a democracia, entendida nos termos de Tocqueville, tem sua mais notável contribuição no campo econômico e não no político, campo no qual o processo tem origem.

Na construção de uma Economia Política própria a Alexis de Tocqueville, Swedberg (2009) estabelece o que seriam os quatro pontos centrais sobre o tema em “A democracia da América”, quais sejam: i) o consumo de massa de bens democráticos, ii) a importância crescente do comércio e dos costumes comerciais, iii) o uso crescente de associações e organizações para fins econômicos e iv) o papel do Estado (p. 18).

Em relação ao consumo de bens de massa, Tocqueville faz referência à preferência pelo bem-estar material presente na sociedade americana, apoiada na ideia de uma vida boa a partir de *“life’s little comforts”* (SWEDBERG, 2009). Parte da explicação apresentada pelo autor é decorrente dos desejos das classes médias, por si mesmas um produto da democratização, de se aproximar dos hábitos de consumo das elites. O dilema observado, portanto, segundo Swedberg (2009), consiste no desejo por parte da população de consumir além das capacidades de renda. Tocqueville determina duas saídas: a primeira é através da busca, por parte da indústria, de inovações com a finalidade de reduzir os custos de produção; a segunda se dá pela redução da qualidade do produto.

⁴⁷ “enquanto o dinheiro é importante para os todos os povos, Tocqueville afirma, ele se tornou básico para praticamente tudo para os americanos” (tradução própria)

Existe, assim, um processo de causalidade no qual o desejo de consumo só pode ser atendido através de produtos baratos, que só podem ser produzidos em massa, situação na qual deve ocorrer divisão do trabalho e ganhos de escala, que exige grandes investimentos (SWEDBERG, 2009). O processo industrial moderno consiste, segundo Swedberg (2009), na exposição presente em “A democracia na América” em dois axiomas da ciência industrial, quais sejam: a divisão do trabalho e as economias de escala. Juntos esses dois fenômenos teriam grandes influências na vida e economia estadunidense, assim como permitiriam a produção em massa.

Como exemplo, Tocqueville cita a posse de relógios pelos estadunidenses (SWEDBERG, 2009). É observado, nesse sentido, que um número bastante grande de pessoas possuía esse bem e que este apresentava, via de regra, baixa qualidade. Notava-se, contudo, que havia um esforço por parte dos fabricantes em conferir aos seus produtos um aspecto de qualidade superior que seus produtos não demonstravam na realidade. Swedberg (2009) afirma que tal análise presente em “A democracia na América” pode ser, sem dúvidas, entendida como pioneira ao tratar o fenômeno do consumo nas sociedades modernas mais de meio século antes da obra fundamental de Veblen em 1889 (p. 19).

Sobre a importância do comércio e dos costumes comerciais, Swedberg (2009) enfatiza a importância conferida por Tocqueville às práticas e hábitos de vida dos norte-americanos em relação ao comércio e suas influências nos demais aspectos da vida social. Smith (2010) ressalta, também, a preocupação do autor com as leis e instituições que são entendidas como necessárias para a sustentação de uma sociedade comercial. Tocqueville nota, nessa perspectiva, que o comportamento dos cidadãos estadunidenses se derivava de um ideal de busca dos interesses pessoais, ao contrário da subordinação a algum código moral abstrato, mesmo que se entendesse que aspectos morais eram contemplados na formação dos interesses individuais - e, portanto, Tocqueville se refere a esse interesse específico como “*self-interest properly understood*” (SWEDBERG, 2009).

Ainda, Tocqueville salienta a velocidade na qual as transformações se davam na sociedade estadunidense e como tais mudanças eram interpretadas, muitas vezes, de forma positiva. Swedberg (2010) afirma, sobre isso, que

“People moved from one job to another, from one part of the country to another, and they continuously pushed west. Americans enjoyed speed and had a ‘love for fast pleasures.’; They saw change as something positive—‘the idea of the new . . . is coupled with what is better.’”⁴⁸ (p. 12).

O próprio pensamento típico dos americanos, seguindo essa linha, é ampliado pelas diferentes experiências em diferentes empregos que usualmente ocupavam durante a suas vidas. Swedberg (2010) cita, assim, que a população dos Estados Unidos demonstrava essa ousadia através de suas atitudes em relação ao risco, uma vez que Tocqueville os define como corajosos e audaciosos, o que se refletiria nos índices de falências. A democracia era percebida pelos próprios agentes econômicos como instável. As relações temporárias, por isso, seriam estabelecidas através de contratos de curto prazo (SWEDBERG, 2009). Ademais, essas características, somadas à estrutura de classes e à centralidade de economia na vida americana, na interpretação de Swedberg (2009), explica o caráter inovativo dos estadunidenses apresentado por Tocqueville.

Para exemplificar a importância de tais práticas, Tocqueville usa o caso do transporte transatlântico. Ele inicia sua exposição assumindo que o preço mais baixo cobrado pelos navegadores estadunidenses se devia à velocidade menor com a qual estes realizavam tal travessia em relação às embarcações europeias. (SWEDBERG, 2009). A resposta proposta evoca os hábitos intelectuais e morais dos marinheiros, no sentido de agirem de forma mais arriscada, de modo que Tocqueville afirma inclusive que *“there is something heroic about the way Americans do business”*⁴⁹ (SWEDBERG, 2009, p. 24).

Os hábitos comerciais dos americanos se relacionam também com a importância das associações e organizações comerciais, uma vez que aqueles incentivavam que todos se envolvessem nesses assuntos (SWEDBERG, 2009). Era, assim,

⁴⁸ “As pessoas mudam de um trabalho para outro, de uma região do país para outra, e continuamente moviam-se para o Oeste. Americanos apreciavam a rapidez e possuíam um ‘amor pelos prazeres rápidos’; viam as mudanças positivamente – ‘a ideia de que o novo... é unida com o que é bom” (tradução própria)

⁴⁹ “há algo de heroico no modo com o qual os americanos fazem negócios” (tradução própria)

surpreendente, na descrição de Tocqueville, o número de pequenas firmas existentes naquela região.

Não obstante, é importante que se defina o sentido no qual Tocqueville utiliza os termos organização e associação. Nota-se que a distinção entre ambos não é clara e as duas palavras são recorrentemente usadas com o mesmo sentido e a definição comum, nas palavras de Swedberg (2009) é que *“links the efforts of divergent minds and vigorously propels them toward a single goal, which it unambiguously designates.”*⁵⁰ (SWEDBERG, 2009, p. 27). Numa democracia, Tocqueville ressalta ainda, que tais associações são de caráter voluntário, devido à vontade dos indivíduos que as formam de tornar seu objetivo compartilhado conhecido pelos demais, ao contrário das associações aristocráticas, que eram de alguma forma hereditárias (WELCH, 2006). Tais organizações voluntárias, por sua vez, são divididas em duas categorias: as políticas e as civis.

As organizações políticas para Tocqueville, como apresentadas por Welch (2006), são grupos de pessoas unidas pela defesa de alguma doutrina, opinião política ou pela intenção de atingir objetivos políticos pontuais, e incluem tanto grupos dedicados a finalidades específicas quanto partidos políticos. Nesse mesmo sentido, organizações civis são as *“real schools of joint action and civic virtue”*⁵¹ (WELCH, 2006, p. 232) e incluem empresas manufatureiras e industriais, igrejas, clubes, organizações sociais e profissionais, morais, de diversos tamanhos e objetivos, e também a imprensa. As empresas, especificamente, se beneficiavam de sua natureza associativa devido à menor dependência de agentes individuais e à dissolução das responsabilidades, e agiram como importantes meios de mudanças. O próprio mercado, na interpretação de Smith (2010), é baseado em princípios associativos assentados sobre fundamentos psicológicos e morais.

As funções desempenhadas pelo Estado norte-americano são de grande importância para Tocqueville, posto que havia uma multiplicidade de organizações possíveis para o Estado e a escolha dentre essas possibilidades era determinante para seu papel econômico (SWEDBERG, 2009). A principal atribuição da administração

⁵⁰ “une os empenhos de mentes divergentes e vigorosamente os impulsiona em direção a um objetivo comum, que inequivocadamente indica” (tradução própria)

⁵¹ “verdadeiras escolas de ação conjunta e virtude cívica” (tradução própria)

pública destacada nessa análise seriam as obras de infraestrutura. A maior parte dessas obras seria, contudo, realizada por uma combinação de agentes públicos e privados (WELCH, 2006). O sistema americano evita, dessa forma, o risco de se desenvolver tal setor sob o controle de um pequeno número de empresas privadas ao mesmo tempo em que evita a centralização administrativa, considerada demasiada pelo autor, de um Estado como principal agente econômico em uma sociedade, segundo a interpretação de Swedberg (2009). Conseqüentemente, tanto as responsabilidades quanto ao risco e os investimentos seriam compartilhados, conforme a exposição de Welch (2006) entre esses agentes, permitindo a realização de grandes obras.

A análise de Tocqueville baseada na transição da aristocracia para a democracia não é, contudo, determinista. As possibilidades dos caminhos sociais e econômicos não consistiam em um futuro único, mas permitiam *“to capture as well as to express a complex and contradictory reality”*⁵² (SWEDBERG, 2009, p. 37). O próprio avanço da democracia pode levar, nessa análise de Tocqueville dos Estados Unidos, tanto para o avanço das igualdades ou para a formação de uma nova casta aristocrática formada pelos capitalistas industriais (BENOÎT E KESLASSY, 2009). Ele aponta, também, segundo Welch (2006), a possibilidade de brutalização dos trabalhadores. Ainda, há grupos que Tocqueville não consegue incluir de maneira clara no seu modelo analítico e representariam exceções ao quadro de uma economia democrática conforme descrito acima, notadamente os nativos americanos, os afro-americanos, as mulheres e os pobres (SWEDBERG, 2009).

Seguindo essa mesma lógica, Tocqueville entende que existem também áreas nas quais a economia não apresentava as características de dinamismo e velocidade relatadas, principalmente o Sul dos Estados Unidos. Os sistemas econômicos do Norte e do Sul seriam, portanto, opostos - ressaltando-se a importância da escravidão nessa região (SWEDBERG, 2009). É afirmado que a elite da região sul norte-americana era semelhante à elite europeia de forma que

“Just as the power of the European aristocracy in the Middle Ages had its origin in control of the land and power over the peasant population, so did the power of the slave-owning whites in the South depend on plantations and slaves. Both of

⁵² “capturar assim como representar a complexa e contraditória realidade” (tradução própria)

*these elites disdained commerce and favored a lifestyle of luxury and leisure on their landed estates*⁵³ (SWEDBERG, 2009, p. 45)

Fica demonstrado que, mesmo com as diferenças existentes entre a Europa no medievo e os estados escravistas da nação americana, Tocqueville enfatiza a importância da terra, comum a ambos.

Na busca de explicações para a escravidão nos Estados Unidos, Tocqueville refuta a justificativa geográfica, comparando a região estadunidense com regiões quentes europeias, como o sul da Espanha e da Itália, concluindo que “*what caused slavery, he concluded, was not to be found in biology and geography but in ‘institutions and the will of man.’*”⁵⁴ (SWEDBERG, 2009, p. 47). Ele constata assim, que enquanto a desigualdade no Sul dos Estados Unidos era refletida nas leis tanto quanto nos hábitos, a desigualdade no Norte se manifestava apenas através dos hábitos, segundo Swedberg (2009).

4.2. Instituições e “A democracia na América”

Para se buscar uma aproximação entre as ideias apresentadas na obra “A democracia na América” e o pensamento institucionalista é preciso, primeiro, que se apresente as bases de percepção da ação humana sobre as quais tais perspectivas estão assentadas. Separamos, portanto, as abordagens em uma próxima aos termos clássicos de racionalidade e informação e outra crítica a ela (EGGERTSSON, 1990; NELSON; SAMPAT, 2001). Temos, assim, de um lado o grupo apresentado na segunda seção do capítulo acima, na primeira classificação, ao passo que os outros dois se enquadram na segunda.

O pensamento de Tocqueville, nesse sentido, se opõe aos pressupostos clássicos. Discorda de Adam Smith ao afirmar que os interesses individuais são

⁵³ “Assim como o poder das aristocracias europeias na Idade Média tinha suas origens no controle sobre a terra e o poder sobre as populações camponesas, também se o poder dos escravagistas brancos no Sul tinha origem nas suas fazendas e escravos. Essas duas elites desprezavam o comércio e se valiam de um estilo de vida de luxo e ócio em seus latifúndios” (tradução própria)

⁵⁴ “as causas da escravidão, ele conclui, não se encontravam na biologia ou geografia, mas nas instituições e vontades dos homens” (tradução própria)

divergentes, de forma que a ação interessada de um indivíduo não implicaria necessariamente para o bem coletivo (BOESCHE, 1983a). O auto interesse, por si só, é considerado não como algo dado ou espontâneo (WELCH, 2006). Ainda, é crítico do foco exclusivo dos economistas de sua época aos aspectos materiais da vida humana, ignorando os aspectos morais (SWEDBERG, 2009). A própria existência humana, na interpretação de Tocqueville, é concebida como dotada de uma dimensão material e outra ideal. Se posiciona, portanto, como contrário ao conceito de homem econômico e à análise dos fenômenos econômicos, separando-os dos demais fenômenos sociais (SWEDBERG, 2006). Seu pensamento estaria baseado, por conseguinte, nas palavras de Welch (2006), não na formulação de um entendimento da natureza humana, mas sim na análise das consequências de práticas observadas em diferentes contextos.

As ações humanas, incluindo-se as escolhas de natureza econômica, devem ser entendidas também através de determinantes, além das preferências individuais, como pelos hábitos e as instituições. Assim, é possível, de certa maneira, inserir o pensamento de Tocqueville em uma tradição de pensamentos e teorias que enfatizam o aspecto social e de relações entre os agentes e a necessidade de compreensão da economia inserida no contexto mais amplo da sociedade. Segundo Welch (2006), não é possível na perspectiva de Tocqueville considerar a totalidade dos indivíduos como um grupo indiferenciado. A unidade básica na sua observação não é, portanto, nem exclusivamente no indivíduo, nem exclusivamente na coletividade.

A possibilidade de convergências entre o pensamento de Tocqueville e os institucionalistas precisa, portanto, ser feita partindo dessa discordância, de modo que o foco consistirá nos Velhos Institucionalistas e os Novos Institucionalista Críticos. Isso porque os primeiros construíram seu pensamento justamente como uma crítica à ortodoxia (HODGSON, 1993). O segundo grupo, por sua vez, porque se estabelece como herdeiro dessa tradição institucionalista, ao renunciar os elementos centrais constitutivos da lógica neoclássica (NELSON; SAMPAT, 2001).

É necessário, assim, entender como as definições de instituições utilizadas pelos Velhos Institucionalistas e pelos Novos Institucionalistas Críticos são apresentadas e como se relacionam com as definições presentes na obra “A democracia na América”.

A definição de instituições para os Velhos Institucionalistas seria, portanto, no sentido de meios de pensar ou agir que estão fixados nos hábitos e costumes de um grupo social (HODGSON, 1998). São, assim, uma variedade específica de estrutura social que detém a capacidade agir sobre os agentes no sentido de transformá-los (HODGSON, 2006). Os Novos Institucionalistas Críticos entendem instituições como os sistemas dominantes de normas sociais estabelecidas que organizam as interações sociais (HODGSON, 2006). São, dessa forma, não apenas sistemas que permitem os comportamentos individuais observados ao constrangê-los, mas também são por eles modificados.

Tocqueville, por seu turno, dá ênfase aos costumes e hábitos, às instituições e ao estado social (SWEDBERG, 2009; ELSTER, 2009). O uso do termo instituição por parte de Tocqueville diverge, muitas vezes, do sentido pretendido pelos institucionalistas, segundo Swedberg (2009), dando a ele o sentido de leis e estruturas. Contudo, ele subordina tais leis e estruturas aos hábitos e costumes tanto em importância quanto temporalmente (SWEDBERG, 2009). O estado social, por fim, define a forma com que os recursos sociais, políticos e econômicos são divididos em uma sociedade.

Podemos, portanto, incluindo-se os três conceitos considerados como determinantes por Tocqueville e as relações existentes entre eles, de algum modo, aproximá-los do conceito amplo de instituições pretendido para a análise institucionalista. Em ambas as abordagens são incluídos os costumes, os hábitos, a cultura, as organizações, as regras, as normas e as leis, entre outros.

Em relação à importância analítica conferida às instituições no sentido amplo como definido acima, também é feita a comparação. Tanto para os Velhos Institucionalistas quanto para os Novos Institucionalistas Críticos, as instituições são o elemento essencial para compreensão dos fenômenos sociais, com ênfase aos hábitos (HODGSON, 2006). O segundo grupo entende, como exposto por Hodgson (1998), as instituições como as mais importantes estruturas na esfera social, devido a seu papel tanto de concepções mentais subjetivas dos indivíduos como as estruturas objetivas com as quais eles são confrontados.

Para Tocqueville, nesse mesmo sentido, as instituições e os costumes são os principais elementos analíticos. Ademais, ele estabelece que as instituições - compreendidas como as leis e as estruturas - estão subordinadas aos costumes, sendo estes os importantes (SWEDBERG, 2009). Seria, assim, essencial para se compreender tanto fenômenos sociais quanto políticos e econômicos, segundo Swedberg (2009), o estudo da cultura e dos hábitos sociais. Para que os desejos humanos viessem a se realizar em ações seria necessário que houvesse, ao mesmo tempo, a oportunidade de que tal ação fosse realizada e a capacidade do indivíduo de agir. Os institucionalistas se baseiam também numa ideia similar, de que existe uma interação circular entre os indivíduos e as instituições (HODGSON, 1998). Eles entendem que as instituições através das regras impedem certos comportamentos ao mesmo tempo em que ensejam comportamentos que sem elas não seriam observados, por agirem sobre os desejos e expectativas (HODGSON, 2006).

Nessa abordagem, as perspectivas analíticas institucionalistas discutidas acima são multidisciplinares. Hodgson (1998) declara essa característica apontando a importância das influências da ciência política, da sociologia, da psicologia, da antropologia e da história. Tocqueville, por sua vez, apresenta uma análise multidimensional, apontando aspectos geográficos, históricos, sociais, políticos, psicológicos, culturais e econômicos, a ponto de ser considerado nome importante em diversas disciplinas acadêmicas que ele veio a influenciar, como ciência política, sociologia e história, por exemplo (WELCH, 2006).

É necessário apresentar um paralelo entre as percepções históricas apresentadas pelos institucionalistas e por Tocqueville. Os institucionalistas assumem um processo evolucionário, que apresente elementos de continuidade, mas permite mudanças, partindo das circunstâncias anteriores que se propagam e são influenciadas pelas transformações (HODGSON, 1998). Já Tocqueville, apesar do seu modelo de transição para a democracia, não apresenta uma perspectiva determinista, uma vez que permitia expressar realidades contraditórias e complexas (SWEDBERG, 2009). Ele afirma, sobre isso, que as comunidades, como os homens, podem agir livremente dentro de um perímetro determinado, além do qual não pode alcançar as alternativas (NISBET, 1977). Isto é, compreende também que são impostas limitações históricas

aos possíveis desenvolvimentos dos países, não existindo uma tendência em direção a resultados eficientes.

Por fim, notamos que Tocqueville, através dos conceitos de estado social, instituições e costumes considera, na sua análise, as especificidades e diferenças entre os países relacionados na obra, por exemplo ao comparar os Estado Unidos com a França ou estes com a Inglaterra. Da mesma forma, Hodgson (1998) ressalta a importância de se observar as particularidades e ambientes institucionais na construção de uma teoria. Mais do que isso, tanto na perspectiva de Tocqueville quando na abordagem institucionalista exposta por Hodgson (1998), desenvolvem instrumentos de análise através dos conceitos utilizados por cada um e não propriamente uma teoria universal que se aplique de forma indistinta aos diversos países ou regiões.

5. Considerações Finais

O presente trabalho, por meio do exposto nos três capítulos anteriores, permite que derivemos duas conclusões em relação à obra “A democracia na América” de Alexis de Tocqueville.

Em primeiro lugar, podemos através das interpretações econômicas da obra, demonstrar a importância dos aspectos e temas de natureza econômica não só no livro em questão, mas também como importante elemento constitutivo do pensamento de Tocqueville. Dessa forma, não parece exagerado que sua contribuição às ciências sociais seja considerada também, como sugerido recentemente por alguns autores, uma contribuição ao campo da economia. Fica explícito, assim, o caráter inovador e atual do modelo analítico de Tocqueville.

Ademais, podemos incluir Tocqueville, através das análises de sua obra, em uma tradição das ciências econômicas que se posiciona de maneira crítica às abordagens da ortodoxia. Nesse sentido, a colaboração do autor francês apresenta semelhanças com a abordagem institucionalista de vertente vebleniana, se aproximando do Velho Institucionalismo e Novo Institucionalismo Crítico.

Tal paralelo se exprime através dos pontos compartilhados em relação à crítica aos pressupostos fundamentais do pensamento neoclássico e pela semelhança na definição dos fatores centrais a suas análises por meio da definição dos conceitos, que apesar da diferença nos termos utilizados são compatíveis com a definição ampla de instituições apresentada pelos institucionalistas críticos analisados neste trabalho. Ainda, a obra de Tocqueville e o pensamento institucionalista se identifica nos posicionamentos multidisciplinares de interpretação dos fenômenos econômicos enquanto inseridos em um contexto social mais amplo de interação entre os indivíduos e as estruturas.

No presente trabalho o objeto de análise se limitou ao livro “A democracia na América”. Contudo, pode-se vislumbrar a possibilidade de interpretação das demais obras do autor. O livro “O antigo regime e a revolução” pode apresentar também material para que isso seja feito, uma vez que Tocqueville apresenta uma exposição sobre o Estado absolutista francês de sua criação até sua ruína, além dos

acontecimentos que se seguem, buscando nele o elemento explicativo para a instabilidade observada em sua terra natal. Há também os “*Memoirs on pauperism*” nos quais são discutidas, com base no caso inglês, as políticas de combate à pobreza. Nesse mesmo sentido, podem ser analisadas as observações publicadas sobre as viagens do autor à Inglaterra e Irlanda, entre outras.

6. Referências

BENOÎT, Jean-louis; KESLASSY, Eric. **Alexis de Tocqueville: textes économiques**: anthologie critique. 2. ed. Québec: Canada, 2009.

BOESCHE, Roger. Tocqueville and Le Commerce: a newspaper expressing his unusual liberalism. **Journal of The History of Ideas**, Philadelphia, v. 44, n. 2, p.277-292, Apr./June 1983a.

_____. Tocqueville and Marx: not opposites. **The Tocqueville Review/la Revue Tocqueville**, Toronto, v. 35, n. 2, p.167-196, 2014.

_____. Why Could Tocqueville Predict so Well? **Political Theory**, New York, v. 11, n. 1, p.79-103, fev. 1983b.

DAVID, Paul A. Why are institutions the 'carriers of history'? Path dependence and the evolution of conventions, organizations and institutions. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 5, n. 2, p.205-220, dez. 1994.

DROLET, Michael. Democracy and political economy: Tocqueville's thoughts on J.-B. Say and T.R. Malthus. **History of European Ideas**, Londres, v. 29, n. 2, p.159-181, 2003.

EGGERTSSON, Thrainn. **Economic behavior and institutions**. New York: Cambridge University Press, 1990.

ELSTER, John. **Alexis de Tocqueville: the first social scientist**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions. **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p.1-25, mar. 2006.

_____. Institutional economic theory: the old versus the new. **Review of Political Economy**, v. 1, n. 3, p.249-269, nov. 1989.

_____, Geoffrey M. INSTITUTIONAL ECONOMICS: SURVEYING THE 'OLD' AND THE 'NEW'. **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p.1-28, fev. 1993.

_____. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, p.166-192, mar. 1998.

KAHAN, Alan S. **Aristocratic Liberalism**: the social and political thought of Jason Burckhardt, John Stuart Mill and Alexis de Tocqueville. Nova York: Oxford University Press, 1992. 27 v.

NELSON, Richard; SAMPAT, Bhaven. Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. **Revista de Economía Institucional**, v. 5, n. 10, p.17-51, 2001.

NISBET, Robert. Many Tocquevilles. **The American Scholar**, Washington, v. 46, n. 1, p.59-75, 1977.

NORTH, Douglass C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p.359-368, jun. 1994.

_____. Five propositions about institutional change. **Economics Working Paper Archive at WUSTL**, 1993.

_____. Institutional change: a framework of analysis. In: SJOSTRAND, Sven-Erik. **Institutional change: Theory and empirical findings**. New York: M. E. Sharpe, 1992. p. 35-46.

SMITH, Brian. Smith and Tocqueville on the commercial ethos. **Journal of Markets and Morality**, Grand Rapids, v. 13, n. 1, p.29-44, 2010.

SWEDBERG, Richard. **Tocqueville's Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

_____. Tocqueville as economic sociologist? **The Tocqueville Review/ La Revue Tocqueville**, Toronto, v. 27, n. 1, p.131-167, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. 2. ed. Chicago: The Chicago University Press, 2002. Edição e tradução de: Harvey C. Mansfield e Delba Winthrop.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. 17. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WELCH, Cheryl B. (Ed.). **The Cambridge Companion to Tocqueville**. 2. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

WILLIAMSON, Oliver E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 31, n. 3, p.595-613, set. 2000.